

Comitê Técnico de Saúde da População Negra de Rio Claro (CTSPN)

Carta do III Fórum de Saúde da população negra de Rio Claro

Territórios negros, saberes ancestrais e estratégias antirracistas: desafios para a equidade e o cuidado integral no SUS”

O III Fórum de Saúde da população negra de Rio Claro (FSPN-RC), ocorrido entre 29 e 30 de maio de 2026, nas dependências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), foi um espaço de debate público, aberto para toda a população, com objetivos voltados ao fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), no monitoramento e promoção da equidade no SUS e na participação social. Como produto deste fórum, que contou com palestras, mesas redondas e oficinas, elaborou-se a presente carta, visando fortalecer o cuidado em saúde da população negra de Rio Claro.

Considerado como um dos principais determinantes sociais, o racismo tem impactos estruturais históricos na organização da sociedade brasileira, influenciando dinâmicas nas esferas política, econômica e cultural, repercutindo diretamente no acesso dos negros aos direitos, renda, educação, segurança e saúde. Os territórios negros posicionam-se como uma resposta a este cenário complexo, emergindo como espaços de resistência, pertencimento, produção de conhecimento e fortalecimento de práticas do cuidado em saúde, fundamentados em saberes ancestrais e comunitários.

Cabe ponderar que a valorização desses saberes não implica na substituição da prática do cuidado em saúde tradicional, norteadas por conhecimentos científicos e protocolos. Busca-se, nessa perspectiva de complementariedade, ampliar as possibilidades terapêuticas, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e das coletividades. Tal valorização, também, pode ser vista como estratégia para promover a humanização da atenção à saúde e fortalecer o enfrentamento das desigualdades raciais nos distintos contextos do cuidado em saúde.

Incorporar as perspectivas socioculturais da população negra é permanente desafio do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de superar práticas discriminatórias,

estigmatização e invisibilização de demandas mais específicas. A consolidação de um SUS comprometido com a equidade requer a implementação de estratégias antirracistas em todos os níveis de atenção. Nesse sentido, para além da incorporação dos saberes, que pode ocorrer por meio de aproximações com distintos atores e coletividades, a presente carta destaca 17 propostas relacionadas à cinco eixos para a promoção da saúde da população negra em Rio Claro: (I) racismo religioso e equidade no SUS; (II) racismo institucional; (III) saúde mental da população negra; (IV) o papel do homem na violência de gênero e (V) atuação da juventude negra nas políticas de inclusão no SUS.

EIXO 1 - RACISMO RELIGIOSO E EQUIDADE NO SUS
1.1. Realizar educação permanente dos profissionais de saúde sobre racismo religioso, liberdade religiosa e atendimento humanizado à população pertencente às religiões de matrizes africanas.
1.2. Realizar educação de ingresso obrigatória dos profissionais de saúde sobre racismo religioso, liberdade religiosa e atendimento humanizado à população pertencente às religiões de matrizes africanas.
1.3. Implementar mecanismos de fiscalização e monitoramento para identificação, registro e acompanhamento de situações de racismo religioso nos serviços de saúde, por meio da ouvidoria do SUS para atendimento destes casos.
1.4. Incluir a autodeclaração religiosa nos sistemas de informação do SUS, contemplando explicitamente as religiões de matrizes africanas, de forma a garantir visibilidade e respeito à diversidade religiosa dos usuários.
1.5. Promover ações de divulgação e orientação à população sobre os direitos constitucionais relacionados à liberdade religiosa e ao acesso igualitário aos serviços de saúde, fortalecendo o conhecimento da população sobre seus direitos.
1.6. Elaborar e distribuir uma cartilha de enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras, com informações sobre direitos das gestantes, identificação de práticas de violência obstétrica, formas de denúncia e acesso à rede de proteção e atendimento.
1.7. Elaborar e distribuir uma Cartilha Municipal de Enfrentamento ao Racismo Religioso nos Serviços de Saúde, contendo informações sobre liberdade religiosa, direitos dos usuários do SUS, formas de identificação do racismo religioso, canais de denúncia, orientações aos profissionais de saúde e boas práticas para o acolhimento respeitoso de pessoas pertencentes às religiões de matrizes africanas e demais tradições religiosas.
EIXO 2 - RACISMO INSTITUCIONAL

2.1. Realizar o Letramento racial em forma de educação permanente no processo de trabalho abordando o racismo institucional, interseccionalidade e a saúde da população negra.
2.2. Fortalecimento do CTSPN junto aos territórios, estabelecendo a parceria com o Conselho Municipal de Saúde, e o COMPIRC.
2.3. Intensificar no Plano Municipal de Saúde as ações de enfrentamento e combate ao racismo no SUS.
2.4. Incluir indicadores de equidade racial e humanização nos processos de avaliação do serviço de saúde.
2.5. Criação, via Agência Nacional de Saúde (ANS), de protocolos de combate ao racismo institucional para serem aplicados na saúde suplementar.
EIXO 3 - SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA
3.1. Criação da secretaria municipal de promoção da igualdade racial.
EIXO 4 - O PAPEL DO HOMEM NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO
4.1. Criação de ações intersetoriais relacionadas à masculinidade tóxica (estratégias permanentes, educativas, coletivas e em larga escala, visando a promoção da igualdade de gênero).
4.2. Identificação dos perfis de risco
4.3. Enfrentamento ao machismo estrutural, com a disseminação de materiais educativos nos meios de comunicação em larga escala.
EIXO 5 - ATUAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO SUS
5.1. Fomentar espaços de jovens negros para construir sua subjetividade de uma forma segura para produzir sua autoconstrução, através de: a) Orientação e cuidado da sua sexualidade, tratamento dos temas dentro das suas especificidades (mulheres e homens cis, mulheres e homens trans). b) Encaminhamento a serviços de saúde para que esse jovem conheça seus direitos, e se sinta amparado e participativo em políticas públicas.

Colaboração: Dr. Paulo Henrique Guerra, Universidade Estadual Paulista, Doutor em ciências pela Universidade de São Paulo, Membro do CTSPN/RC.

Atenciosamente:

Fabiana Almeida Mota

Coordenadora Do Comitê Da Saúde Da População Negra De Rio Claro
Fundação Municipal de Saúde.